

Crise Ecológica: uma Visita de Deus*

Haroldo Reimer

“A criação toda geme e sofre dores de parto até agora. E não somente ela, mas também nós, que possuímos os primeiros frutos do Espírito, gememos no íntimo, esperando a adoção, a libertação para o nosso corpo.” (Apóstolo Paulo em Romanos 8.22-23.)

Teologicamente, a crise ecológica dos tempos atuais pode ser entendida como uma visita de Deus, como uma manifestação do Deus vivo, criador e mantenedor. Esta pode ser compreendida sob dois prismas distintos. Por um lado, poderiam-se ver todas as manifestações inquietantes da natureza e do meio ambiente em *perspectiva apocalíptica*. Aí ganham destaque as dimensões catastróficas da crise: as enchentes, a seca, a morte dos rios e mares, a contaminação do ar. Tais manifestações seriam sinais inequívocos do fim que inevitavelmente se aproxima, prenúncios de tempos últimos, da escatologia. Mas toda a questão também pode ser vista em *perspectiva profética*. Aí outras dimensões ganham realce. Conforme a tradição bíblica, Deus costumava visitar seu povo em tempos de crise. Fazia-o pessoalmente ou através de profetas. Vários textos e tradições nos mostram que, em tais visitas, Deus passa a vida de seu povo em revista e, por via de regra, suas manifestações são acompanhadas por ações e/ou palavras de juízo contra seu povo ou parte dele (ver, p. ex., Os 4.1-3; Jl 1.1-20; Is 1.2-9). Em tal perspectiva, a crise ecológica e as manifestações nefastas da/natureza podem ser vistas como *crítica* à maneira de viver das pessoas, ao seu modo de organização social, política e econômica. A crise ecológica ganha, assim, um sentido interpelador. É Deus que questiona o processo de administração destrutiva da casa comum de sua criação.

A Casa em Destruição

As atividades da ECO-92 conseguiram dar uma amostra da gravidade da crise ecológica. Sobre a terra como um todo e sobre cada habitante nesta terra paira a ameaça de sofrer, em maior ou menor grau, as conseqüências de uma mesma crise, isto é, as conseqüências da interferência dos próprios seres humanos no meio ambiente natural. Pela sua dotação natural, para garantir o seu sustento e sua sobrevivência e, mais ainda, para satisfazer a sua ganância, o ser humano precisa interferir na natureza. Assim tem sido no curso da história da humanidade. Hoje parece que estamos chegan-

do a um ponto limítrofe. Um ponto onde precisamos reavaliar o curso de nossa história. Precisamos ouvir as vozes de crítica, tanto dos povos originários quanto de cientistas sérios e engajados. Com tremor e temor haveremos que levar a sério que, se continuar o atual curso de desenvolvimento, à humanidade restam ainda duas ou talvez três gerações de vida.

As dimensões da gravidade, da globalidade e o caráter de urgência da crise foram muito bem reconhecidos pelos/as delegados/as de várias igrejas do Brasil e do exterior, reunidos/as nos dias 1º a 7 de junho na Baixada Fluminense numa conferência promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas. Em sua “Carta às Igrejas”, escrevem:

Prezados irmãos e irmãs, escrevemos com um sentimento de urgência. A terra está em perigo. Nosso único lar está claramente ameaçado. Estamos à beira da autodestruição. Pela primeira vez na história da criação, certos sistemas de sustentação da vida do planeta estão sendo destruídos por ações humanas.

E a Carta continua em outro trecho:

Irmãs e irmãos, vocês entendem por que nos pesa o coração. A CNUMAD [Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento] está se reunindo vinte anos após a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, e nenhuma tendência importante de degradação ambiental foi revertida.

Hoje a vida está ameaçada num grau bem mais elevado do que há vinte anos atrás. Tememos fatos mais brutais ainda daqui a vinte anos, pois continuamos assaltando o planeta...

A abrangência do problema ecológico já está indicada na própria palavra “ecologia”. Normalmente o termo é definido como “o estudo das comunidades humanas e suas relações com o meio ambiente e sua adaptação a ele”. “Eco” vem do grego *oikos* e seu leque de significados vai desde “casa”, “lar”, “domicílio”, “habitação”, passa por “família”, “parentela”, até chegar em “povo”, “nação”. *Oikos*, “eco”, “casa” é o ambiente em que se vive. A terra, com todas as suas belezas e riquezas, seus encantos e formosuras, é o ambiente comum, a casa comunitária de todas as criaturas que vivem sobre, na e da terra. Essa casa comum está sendo destruída.

Facetas da Crise Ecológica

Dentro do processo de destruição da casa comum da criação, podemos destacar alguns feixes de problemas³:

a) *A expansão demográfica* — A interferência dos seres humanos no meio ambiente será tanto maior quanto maior for a população sobre a face da terra e, em especial, quanto mais consumista a sua forma de viver. A população da terra tem duplicado em intervalos de anos cada vez menores: 1.650, 180, 100, 45 (na época de Cristo: 250 milhões; em 1650: 500 milhões; em 1830: 1 bilhão; 1930: 2 bilhões; 1975: 4 bilhões). A isso pode-se

chamar de explosão demográfica. Com esse aumento populacional, a demanda de bens naturais para suprir as necessidades de toda essa gente é cada vez maior. Estudiosos do assunto, porém, afirmam que a tese malthusiana não se confirma historicamente. O problema não é tanto de superpopulação. O problema maior é a má e injusta distribuição ou o grande grau de concentração de todos os bens, incluindo também o espaço para viver. Isso se evidencia sob muitos ângulos. Um aspecto disso são os aglomerados ilógicos e irracionais de gente nas grandes cidades e megalópoles como Rio, São Paulo, etc. O seu reverso é o êxodo rural. Cada vez mais gente abandona o campo, motivada tanto pela ilusão de melhores dias na cidade quanto pela política desincentivadora do governo. Sob o aspecto da concentração ou má distribuição, cabe aqui também a constatação de que, em países ricos, o consumo de bens por pessoa chega, às vezes, a 400% a mais que em países como o Brasil. Outro aspecto é a ocupação irracional de áreas como a Amazônia, com desmatamento, queimada e destruição de vastas áreas que se sabe serem impróprias para a agricultura.

b) *O problema químico* — De uma demanda maior de bens naturais e de consumo decorrem sérios problemas para o meio ambiente. Isso vai desde o lar até as grandes indústrias. A cada dia aumenta a quantidade de detritos lançados no meio ambiente. É o lixo caseiro não-selecionado. É o esgoto de milhões de casas, lançado nas redes pluviais sem qualquer tratamento. É o lixo e a emissão de poluentes de fábricas, não equipadas com filtros e outros acessórios para diminuir a poluição. São os gases de milhões de máquinas, automóveis, aviões, etc. Esses agentes poluidores, lançados na natureza, vão alterando aos poucos as condições climáticas e causando, como consequência, “acidentes ambientais”. Uma dessas mudanças é a *destruição da camada protetora de ozônio*, que protege a terra e as pessoas da exposição aos raios ultra-violeta-B. Estes raios podem provocar câncer de pele e mudanças genéticas. Responsável pela destruição é o gás clorofluorcarbono (CFC), contido, p. ex., em aerossóis, geladeiras, aparelhos de ar condicionado, etc. Outra consequência é o *efeito estufa*. A emissão de dióxido de carbono, lançado por carros, chaminés, usinas térmicas, queimada de matas, provoca a formação de um colchão térmico que impede a liberação de calor e provoca um aumento na temperatura. Cientistas afirmam que o efeito estufa já seria responsável pelo aumento de 0,5 grau centígrado atualmente. Continuando nesse ritmo, teríamos, numa projeção para o ano 2030, um aumento de 3 graus. Isso poderia, por um lado, fazer com que as calotas polares, i. é, o gelo nos pólos norte e sul, derretessem, podendo elevar o nível do mar em até quase 1 metro. Ora, 1/3 da população do mundo vive nas áreas litorâneas praticamente ao nível do mar. O que seria do Rio com um aumento de 1 metro no nível do mar? Para onde iria toda essa gente? As consequências seriam terríveis. O efeito estufa também colabora na formação de chuva ácida. Os agentes poluidores voltam à terra junto com a água da chuva.

c) O *problema atômico* se apresenta com duas facetas. Uma é a possibilidade de destruição do nosso planeta por explosões atômicas. Hoje essa possibilidade parece mais improvável, mas a ameaça persiste. Outra é a questão da energia nuclear e a possibilidade de, por algum erro humano ou técnico, contaminar mortalmente, e por gerações até, vastas áreas da terra. Tchernobyl é um exemplo claro disso. Junto com o uso energético da energia nuclear coloca-se o problema de onde e como armazenar o lixo atômico, que não se decompõe e, mesmo como lixo, permanece uma ameaça.

A esses feixes de problemas poderiam ser acrescentados outros, como a “tragédia do militarismo”, que, segundo uma lógica genocida, “gasta em armas o que acaba faltando à mesa do povo”⁴. Por aí já se percebe que a questão ecológica é séria. As causas, os reflexos e as conseqüências da crise ambiental atingem, em maior ou menor escala, cada pessoa e cada povo. Cada um/a de nós ajuda a provocar a crise e, de alguma forma, cada pessoa é atingida por ela. Por estar ligado com o todo, o problema ecológico necessita passar por fóruns de decisão coletiva e carece também da decisão individual. Faz-se necessária uma reorientação cultural coletiva, de ordem ético-econômica, mas também de ordem religiosa e espiritual.

Crise de Ética — Crítica ao Paradigma de Desenvolvimento

A crise ecológica é também uma crise ética. A partir de sua raiz grega, a palavra “crise” tem a ver com “crítica”. E crítica se faz num momento em que as coisas não vão bem. Assim é hoje. Mas assim também já era no antigo Israel. Os profetas bíblicos emergem em momentos de crise do povo. Aí tomam como referência valores e padrões de comportamento tradicionais, considerados bons e sancionados por Deus. Hoje importa redescobrir tais valores e normas de comportamento para nos orientar nessa crise. A palavra “ética” vem do grego *ethos* e está estreitamente ligada com a palavra *oikos*. Originalmente, “ética” designava a forma de conduta condizente com a vida da casa e necessária para o bom andamento e para a sobrevivência da casa, do *oikos*.

Se a crise ecológica é uma crise de ética, é também uma crise do modelo de desenvolvimento quantitativo, linear que se implantou nos últimos séculos. Tal paradigma está tão fortemente assentado que, incidentalmente, rege o comportamento ético das pessoas, impelindo para posturas e práticas quantificadoras, concentradoras e predatórias⁵. Mas, com toda a agressão contra o meio ambiente, o paradigma desenvolvimentista não conseguiu resolver os problemas fundamentais das necessidades das grandes massas populacionais, seja em países de regime capitalista, seja nos países de regime socialista⁶.

Face à crise ecológica como crise do paradigma de desenvolvimento

têm-se apontado algumas possíveis saídas. Em nossa década, há os que acreditam — e como os há! — que a superação da crise está no discurso e na prática do neoliberalismo. Este modelo, contudo, tem como característica a apropriação privada dos bens públicos, inclusive do meio ambiente. “Considerando que as condições ambientais são o suporte da vida, apropriar-se destes recursos e gerenciá-los de acordo com interesses privados significa deter o poder de determinar a qualidade e, até mesmo, a possibilidade de vida para uma coletividade.”⁷ Já a partir da década de 80, com o impulso da Conferência de Estocolmo, começa-se a discutir o conceito “desenvolvimento sustentável”⁸. Ele é apresentado como aquele que “deve atender às necessidades e aspirações do presente, sem comprometer as possibilidades de atendê-las no futuro. Prevê a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos, aliados ao aumento do crescimento econômico, como condições para se alcançar um padrão de sustentabilidade em nível mundial.”⁹ A novidade desta proposta — não se trata ainda de um modelo, pois ainda precisa ser moldado — é, ao contrário da teoria econômica clássica, a incorporação da natureza como um bem de valor a ser contabilizado dentro do processo produtivo (p. ex., através de um “eco-imposto”). Essa proposta tem conseguido adesões em muitos setores da sociedade mundial. As tecnologias de ponta, “limpas”, e sua implantação na opinião pública através da mídia mostram que o “nosso futuro comum” passará por essa senda.

A proposta de um desenvolvimento sustentável, porém, deve, além de contabilizar os custos sociais e ambientais do desenvolvimento, levar em conta a questão da democracia, da justiça e da alteridade das formas de vida e de organização social. É necessário atender às necessidades da sociedade civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida e o reconhecimento dos direitos sociais. Só com esses parâmetros é possível “lutar por novos estilos de vida, pela reorientação dos atuais níveis, sem reeditar as mesmas bases que sustentam o atual modelo de sujeição e exploração das forças humanas e naturais”¹⁰. Importa buscar um desenvolvimento que valha a pena sustentar. Nessa busca, há muitas experiências do âmbito dos movimentos populares que podem ser tomadas como referenciais de projetos e práticas política e ambientalmente sustentáveis em nosso contexto. Pensemos nas reservas extrativistas, em comunidades que integram os povos da floresta, na produção biodiversificada em área de minifúndio, etc. Há muitos grupos específicos, que têm lutas e projetos concretos para a superação da crise, lá onde ela se mostra mais insustentável: atingidos por barragens, sem-terra, mulheres, movimentos pela ética, etc. Esses agentes são “portadores de elementos éticos fundamentais para a construção de um novo *ethos* que oriente a busca de projetos de sociedade e a prática social e ambiental cotidiana”¹¹.

E a nossa teologia? E a espiritualidade? Qual é a contribuição específica que elas podem dar?

A Fé Cristã: Raiz da Crise Ecológica?

Se a crise ecológica é também reflexo da crise do paradigma desenvolvimentista e, assim, por extensão, aponta para uma crise de ética, temos que, invariavelmente, levantar a pergunta pela participação das igrejas, de sua Bíblia e suas pregações para o advento da própria crise. Até que ponto as igrejas, a fé judaico-cristã, a pregação cristã criaram normas éticas que facilitaram e sancionaram esse modelo hoje em crise? A questão é séria. Há anos atrás foi publicado nos Estados Unidos um artigo intitulado “As Raízes Históricas da Atual Crise Ecológica”¹². Nesse artigo, o autor, Lynn White, defende a tese de que na fé judaico-cristã, em especial na sua teleologia, estão as raízes da crise ecológica dos tempos atuais. A Bíblia, a teologia judaico-cristã e a pregação da Igreja teriam dado os fundamentos ideológicos para a ação devastadora dos seres humanos em relação à natureza. Em nosso contexto brasileiro-luterano, poderíamos exemplificar isso na ação dos colonos no sul do Brasil: que substratos religiosos, éticos, cristãos tinham eles ou foram dados a eles para não promover ou participar de um processo tão devastador da natureza como foi a colonização (e desmatamento) do oeste catarinense e paranaense e agora das novas áreas de colonização¹³?

A Igreja, sua Bíblia e sua teologia, de fato, não estão isentas de culpa pela crise ecológica. Para legitimar uma exploração desenfreada recorre-se, em geral, a textos do livro de Gênesis¹⁴. De lá se extraem comumente concepções básicas como:

- o domínio do homem sobre a natureza;
- o homem como coroa e centro da criação de Deus (antropocentrismo);
- o homem como imagem de Deus.

É importante fazer-se uma releitura dos primeiros capítulos da Bíblia. E isso justamente para redimensionar concepções possivelmente errôneas em nossas cabeças e para estarmos abertos para os desígnios originais de Deus para nós em sua criação. É isso que buscarei fazer a seguir.

Gênesis 1-2 — Aspectos de uma Releitura

Começando a fazer uma releitura crítica dos primeiros capítulos da Bíblia, chamo a atenção para o seguinte: em Gênesis 1-3 temos *duas histórias da criação*. A história da pesquisa bíblica tem demonstrado que o primeiro relato se limita a Gênesis 1.1-2.4a. E o segundo relato, mais antigo, abrange Gn 2.4a até o final do capítulo 3. Historicamente, o primeiro relato teria surgido na época do exílio, quando parte do povo de Israel estava cativo na Babilônia. O segundo relato, mais antigo, teria sua origem na Palestina, na época do reinado, talvez no séc. IX a.C.

a) A Questão do Antropocentrismo

Uma das concepções mais difundidas que se extrai do 1º relato da criação é a do antropocentrismo, isto é, a afirmação de que o homem, o ser humano é o centro e a coroa da criação. Essa concepção já inclui em si a idéia da hierarquia: o ser humano estaria colocado acima da natureza. A afirmação, contudo, vai mais longe quando expressa a idéia central de que a natureza, ou o restante da criação, só tem sentido quando e na medida em que esteja em função do ser humano.

A afirmação de que o ser humano é a coroa da criação, ou o seu centro, advém de um certo jeito de ler o 1º relato da criação. Como sabemos, esse relato está dividido em sete dias. Em cada dia, Deus vai criando novos elementos. Vai organizando o mundo a partir do caos original até chegar a uma ordem por Ele considerada boa. Na exegese bíblica é quase consenso afirmar-se que a criação do ser humano foi a última atividade de Deus antes do descanso sabático. Costuma-se dizer: “Em Gn 1 — É como numa pirâmide onde se parte do mais amplo e geral e vai se concentrando sempre mais até chegar ao ponto culminante — o homem — que, por sua vez, domina tudo.”¹⁵

Essa concepção está tão maciçamente impregnada em nossas cabeças que, por vezes, parece impossível conceber as coisas de outro modo. Na pesquisa mais recente da Bíblia está emergindo um outro jeito de ler o texto. A afirmação central dessa “re-leitura” é de que não o ser humano, mas o sábado, o dia de descanso é o ponto alto da primeira história da criação¹⁶. Somente através do descanso a criação chega a seu objetivo e o Criador considera que tudo está bom e abençoa a sua criação.

Nesse novo jeito de ver o texto, isto é, ver o clímax, o ponto alto da história na criação e na bênção do dia de descanso, o texto recebe nova luz. Vários outros aspectos emergem junto. Vejamos:

Um desses aspectos é a idéia da *comunidade da criação*. Se o homem não é mais a finalidade última da criação, então ele está inserido, faz parte de uma corrente de elementos, de segmentos criados por Deus. Impõe-se a idéia de “elos” numa comunidade maior da criação. E isso pode ajudar a criar um “sentimento criatural” nas pessoas. No sexto dia da criação, o *’adam* foi criado junto com os animais selváticos e caseiros. O ser humano é, pois, uma das criaturas na criação maior. Certamente é um elo importante, porque é racional e porque lhe foram atribuídas funções de responsabilidade. Convém resgatar essa idéia do ser humano como um elo numa comunidade da criação.

Um outro aspecto é o *valor intrínseco de cada elo* ou segmento da criação, independentemente de este estar ou não em função do ser humano. Vejamos como isso se coloca no texto bíblico. Após as obras criadas em cada dia, Deus olha em retrospectiva, e conclui-se no texto com a expressão:

“E viu Deus que era *bom*” (cf. 1.4?; 1.11; 1.18; 1.21; 1.25). Com essa expressão de admiração pelo que foi criado, Deus confere dignidade própria e valor intrínseco a cada parte por ele criada. Após a criação do ser humano, afirma-se em Gn 1.31: “E viu Deus que isso era *muito bom*”. Com essa expressão “muito bom” não se negam nem se retiram a dignidade própria e o valor intrínseco de cada elo da criação que não seja o humano. Pelo contrário, com o “*muito bom*” o texto busca expressar que com o novo elo, i. é, o ser humano, foi agregado algo qualitativamente novo e mais profundo. Foi criado um ser racional que viria a ser o responsável pelos outros elos da criação. E mais ainda: viria a ser o elemento de encarnação do próprio Deus em Jesus Cristo.

Com a conjugação desses dois aspectos — a idéia da comunidade da criação e do valor intrínseco de cada elo — é antes possível pensar teologicamente a idéia da relação de solidariedade entre os elos da criação. A relação do ser humano com a natureza não precisa, pois, ser pensada somente em termos de hierarquia e de dominação, mas também de solidariedade e responsabilidade.

Com esse deslocamento — não o ser humano, mas o sábado de descanso como a coroa da criação — o texto do 1º relato da criação emerge num sentido novo, que pode ajudar a libertar-nos de concepções meramente utilitaristas e de domínio sobre a natureza. Ajuda a superar o mero antropocentrismo.

Antes de passar para a questão seguinte, gostaria de tecer alguns comentários sobre o que se tem convencionalizado chamar de “ecologia humana”, isto é, uma visão da ecologia que coloca sempre as necessidades do ser humano no centro. Tal perspectiva é perfeitamente justificável a partir de uma área vítima-geradora como a Baixada Fluminense ou qualquer outro lugar do mundo onde as necessidades básicas das pessoas não estão sendo supridas. Lógico, uma pessoa vale mais do que um cão, tem mais dignidade do que um mico-leão dourado ou um pequeno bosque. Porém a essa altura da crise do processo de desenvolvimento também precisa ser colocada a questão dos direitos intrínsecos da natureza. Reconhecer o direito de vida de uma árvore ou de algum animal, mesmo não tendo serventia para as pessoas, não precisa significar uma negligência dos direitos da pessoa, mas implica ganhar um componente a mais para a verdadeira humanização da pessoa.

b) A Questão da Imagem e Semelhança de Deus

Outra concepção que se extrai do 1º relato da criação é a da criação do ser humano à imagem e semelhança de Deus. E isso com razão. Pois está escrito em Gn 1.26-27: “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; masculino e feminino os criou.” Muito se discu-

te sobre o que significa ser “semelhança e imagem de Deus”. Seria imagem espiritual? Imagem física? Semelhança na personalidade? Semelhança moral?

Independentemente da posição que se adote, verdade é que esse versículo da Bíblia tem ajudado a sedimentar uma idéia de hierarquia e de domínio do ser humano sobre a natureza. A seqüência argumentativa vai na seguinte linha: se Deus criou o mundo e tudo o que nele existe, e criou também o homem à sua imagem, o homem tem de entender-se como o representante de Deus na terra. Ele deve esmerar-se em corresponder a Deus. E se Deus é entendido como senhor e proprietário do mundo, nada mais lógico para o homem do que entender-se como senhor e proprietário da natureza. Nessa cadeia de pensamento, a relação com a natureza é colocada numa relação de sujeito-objeto, e isso implica domínio. Um exerce poder sobre o outro e o sujeita, dando, assim, lugar a todo tipo de exploração.

Esse tipo de interpretação decerto não pode se basear integralmente na história da criação. A idéia da relação sujeito-objeto é antes uma criação da filosofia cartesiana da Idade Média, segundo a qual o que importa é somente a “coisa pensante” (*res cogitans*) e todo o resto é simplesmente uma extensão daquela (*res cogitum*). É neste processo de dissociação que se deve antes ver a origem efetiva e última da crise atual¹⁷. Talvez seja oportuno lembrar aqui que esse tipo de filosofia também ajudou a sedimentar o projeto desumano do colonialismo de outros povos, i. é, a superposição maciça de um povo cultural e economicamente superior (os europeus) sobre outros povos considerados mera extensão, inferiores portanto (negros, índios, etc.). Está aí uma das principais bases ideológicas dos 500 anos de conquista e martírio.

Sobre a idéia do homem como imagem e semelhança de Deus é preciso, a partir da Bíblia e do contexto do surgimento da Bíblia, fazer algumas considerações restritivas:

1. É bom lembrar que o 1º relato da criação, i. é, Gn 1.1-2.4a, surgiu no exílio babilônico. Gênesis 1 é perpassado pela polêmica contra a religiosidade babilônica. Em boa parte, Gn 1 é cópia de um mito babilônico. Na concepção dos babilônios, somente o rei era considerado “imagem e semelhança de Deus”. O rei era adorado como uma divindade. Se o texto bíblico coloca que o *adam*, i. é, o gênero humano, todas as pessoas, são feitas “à imagem e semelhança” de Deus, isso significa que a tradição bíblica “democratizou” a concepção da imagem e semelhança. Esta não seria mais restrita somente ao rei, mas se estenderia a todas as pessoas¹⁸. Assim, na sua origem, a idéia da criação à imagem e semelhança de Deus tem um sentido extremamente libertador e igualitário. Somente os interesses que regeram a interpretação posterior fizeram disso um mecanismo de domínio, sobre a natureza e sobre outros seres humanos.

2. A partir da deturpação uma vez consagrada, creio ser necessário resgatar a idéia da pessoa como “imagem e semelhança de Deus” a partir da

figura de Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado. Na forma humana, ele revelou o verdadeiro rosto, a verdadeira imagem de Deus. É na sua prática, na sua relação solidária com os empobrecidos, com as mulheres e com a natureza que se pode resgatar e preencher hoje a concepção do ser humano como imagem e semelhança de Deus. Também neste ponto Jesus Cristo é o critério último. Olhar para a prática de Jesus pode ser um bom corretivo para muitas concepções de imagem e semelhança.

c) Cultivar e Guardar: a Responsabilidade das Pessoas

Outra concepção bastante arraigada no pensamento teológico ocidental, e extraída de Gênesis 1, é a do domínio utilitarista do homem sobre a natureza. Fundamental neste contexto é a dupla de verbos “sujeitar e dominar” expressos em Gn 1.28. Após criar os seres humanos à sua imagem e semelhança, Deus lhes teria ofertado toda a sua criação para que o homem pudesse sujeitá-la e dominá-la. O que mais se poderia querer em termos de sanção divina para um domínio utilitarista? Não estaria aqui uma das raízes ideológicas da crise ecológica atual?

Mas temos que olhar o texto com mais vagar. Devemos auscultá-lo com maior isenção de carga ideológica; ver o texto no contexto. É verdade que ao ser humano, como elo racional da criação, foram conferidos poderes e situações privilegiados. Mas estes não são ilimitados. Pelo contrário. Vejamos:

— Pelo mandato de Deus, o domínio do ser humano sobre a terra e os animais não inclui o direito de lançar mão da vida do que foi criado no quarto e no quinto dias. Isto é, ao ser humano não é conferido o direito de tirar a vida no interesse próprio, p. ex., para o consumo de carne. Somente as plantas, criadas no terceiro dia, poderiam servir de alimento. Pelo desígnio original de Deus, pois, as pessoas deveriam ser vegetarianas¹⁹.

— Outra restrição ao domínio do ser humano é colocada no 2º relato da criação (Gn 2.4b-3.24). Lá o homem é criado a partir do pó da terra (Gn 2.7) e colocado no jardim do Éden para cultivar e guardar a criação de Deus. Aqui o binômio-chave é “*cultivar e guardar*”. A tarefa dos seres humanos consiste, por um lado, na transformação do ambiente natural em ambiente cultural. O desafio do ser humano é justamente transformar em cultura o que é simplesmente natural. Nisso reside talvez uma das mais genuínas tarefas criadoras do ser humano: ser co-criador com Deus. Por outro lado, a tarefa do ser humano implica também o “guardar”, i. é, não destruir a natureza criada por Deus, mas, sim, mantê-la em suas bases de sustentação e no seu próprio ciclo de vida.

Os seres humanos receberam de Deus a incumbência de zelar pela criação continuada de Deus, uma criação que se estende até hoje, incluindo todas as mutações, transformações e evoluções naturais. Os seres humanos são um elo da comunidade da criação e têm responsabilidade pelo restante

da criação. Através do trabalho criativo, eles se tornam co-criadores com Deus.

d) A Relação da Pessoa Humana com a Terra

Em Gn 2.7 é dito que Deus fez o “Adão” do pó da terra. Mais especificamente: o *adam*/ser humano é feito da *adamah*/terra. Aqui é tentador especular sobre o significado mitológico da expressão *adamah*, como aparece também, p. ex., na concepção da “Pacha Mama”, da grande mãe-terra, em algumas culturas índias.

No 2º relato da criação, a relação do ser humano com a terra, com a roça, é apresentada como sendo constitutiva. Nela está fundamentada biologicamente a responsabilidade do ser humano pela terra. Afinal, em parte são da mesma essência. Essa relação, contudo, implica também uma relação de posse, de cuidado.

Quando essa relação é rompida, rompe-se também o sentimento mais profundo da relação com a terra. Isso, hoje em dia, se dá com muitos migrantes que vêm do interior e, na cidade, não mais encontram as condições de cultivo de uma porção da terra. Em muitos, a relação fundamental com a terra permanece como saudade do que era. Para outros, a relação deixa de existir e a vida transcorre alienada e despreocupada com a sorte da terra. Muita gente que só vive o concreto vive essa sina. Podemos nos perguntar até que ponto a falta de relação de posse ou de propriedade com um pedaço de terra, nem que seja na forma de um lote para morar, é responsável, em parte, pelo descaso de muita gente para com a destruição do ambiente mais próximo. E isso também por parte de gente da favela e da Baixada. Porque não há como negar que uma área como a Baixada Fluminense, ao mesmo tempo que é uma área-vítima, que não tem atendidas as necessidades mais elementares da população, é também uma área-geradora em termos de degradação ambiental.

Espiritualidade Ecológica — Deus Está Presente na Criação

Na busca de elementos teológicos que redimensionem o nosso pensar, a nossa espiritualidade frente à crise ecossocial, é importantíssimo reler os textos sagrados a partir das perguntas que são levantadas em meio à crise.

Bom também é a gente refletir sobre a pergunta da relação de Deus com a sua criação. Ou: onde está Deus o Criador? Para onde Ele foi após concluir a sua obra criadora? Ou podemos perguntar com Santo Agostinho: o que faz Deus desde a eternidade? A isso ele mesmo responde dizendo que, desde a eternidade, Deus está dando à luz a sua criação. Deus não está ausente, mas participa das dores da criação. Em nossa espiritualidade, hoje

não podemos mais continuar concebendo Deus como totalmente transcendente à sua criação. Deus está presente nela.

Em nossa tradição cristã, entendemos Deus como um Deus triúno, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Ele é eterno. Mas na pessoa de Jesus de Nazaré, Ele viveu como o Filho encarnado entre nós. Do Espírito Santo dizemos que provém do Pai e do Filho. Mas antes da encarnação do Filho, o Espírito era a forma, o jeito de Deus agir e estar presente na criação. Ele é a realidade que vivifica e perpassa todas as formas de vida. Ou, como diz Leonardo Boff:

Ele é o criador e o vivificador. Atua em tudo o que se move, faz expandir a vida, inflama os profetas, inspira os poetas, suscita os líderes carismáticos e enche a todos nós de entusiasmo mediante o qual continuamos a viver e a vibrar. O Espírito enche o universo e renova a estrutura do cosmo. Ele habita sua criação, assim como o filho eterno habita a humanidade de Jesus.²⁰

Com essa categoria do Espírito que assume o universo inteiro, que nele está presente e que, assim, estimula a criação, é possível repensar e reorientar o conceito que temos da relação entre Deus e a criação e o que isso significa para nós. Deus não está distante, totalmente transcendente a essa sua criação. Ele habita nela na forma do Espírito vivificador. O Espírito tomou morada na criação. A natureza deve, a partir daí, ser entendida também como *habitat*, como lugar de moradia do próprio Deus²¹. Sim, o finito, o mundo, abarca o infinito, o Deus eterno. Assim já pensavam místicos da Idade Média antes da teologia cristã assumir toda a carga filosófica cartesiana, que enfatiza a distinção sujeito-objeto e o antropocentrismo. Pessoas como Francisco de Assis, Hildegard de Bingen, Juliane de Norwich ou o Mestre Eckardt entendiam a natureza numa relação muito mais estreita com Deus. Através da natureza, Deus pode fazer ouvir a sua voz²². Martim Lutero afirmava que a natureza pode ser a máscara, o invólucro de um Deus que permanece oculto (*sub contrario*), mas que está presente e se dá a nós através de elementos da natureza (o pão, o vinho, a água).

A crise ecológica é uma visita de Deus. Através dela, o próprio Deus nos interpela. Ele questiona o nosso agir individual e a organização social dominante. Chama para a mudança, para a transformação de corações, mentes e estruturas. Frente à crise ecológica temos grandes tarefas diante de nós. Na economia e na política temos que achar meios para um desenvolvimento sustentável, i. é, um desenvolvimento que valha a pena sustentar. Como pessoas cristãs precisamos, em nosso trabalho teológico e espiritual, incluir sempre toda a criação no plano redentor e libertador de Deus. “A própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus.” (Rm 8.19.) A nossa esperança vai além da crise. Nós aguardamos uma criação renovada, redimida, liberta, integral.

Notas

- * Em seu esboço, o presente artigo foi apresentado em diversos momentos nos quais a questão ecológica foi tema de discussão: como palestra no XXIV Concílio Distrital do DERJ, de 4 a 5 de maio, no Rio de Janeiro; de forma modificada apresentei estas idéias no seminário “Ecologia e Desenvolvimento”, promovido pela CNBB, em Brasília, nos dias 18 a 21 de maio, cujos resultados foram recolhidos no livreto *A Igreja e a Questão Ecológica*, São Paulo, Paulinas, 1992. As impressões colhidas durante a participação na conferência do Conselho Mundial de Igrejas “Buscando um Novo Céu e uma Nova Terra”, de 1 a 7 de junho, na Baixada Fluminense, muito ajudaram na reflexão.
- 1 A “Carta às Igrejas” foi formulada durante a conferência como uma resposta das igrejas à Cúpula da Terra. Como resumo das recomendações, ela tem também a função de fazer a comunicação para dentro das igrejas. Nesse sentido, ela foi publicada, p. ex., no *Jornal Evangélico*, nº 10, 1992, p. 12.
 - 2 Ver a respeito Lori ALTMANN, “Ecologia — Cuidar da Própria Casa”, in: Suplemento “Debate” de *Contexto Pastoral*, nº 3, ago./set. 1991, pp. 17-19.
 - 3 Ver a respeito Vítor WESTHELLE, “A Voz que Vem da Natureza”, *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 30(1):16-26, esp. 17-19, 1990. Veja também as contribuições no livreto *Justiça Social e Preservação do Meio Ambiente; Desafios da Luta pela Vida*, São Paulo, Loyola/CPT, 1992 (Cadernos de Estudos da CPT, 5).
 - 4 Ver Uwe WEGNER, *Bíblia e Ecologia*, São Leopoldo, CEBI, 1992, p. 21 (A Palavra na Vida, 53/54), e A. MOSER, *O Problema Ecológico e Suas Implicações Éticas*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1984, p. 54.
 - 5 Ver o artigo de Werner ALTMANN, “Meio Ambiente: um Ensaio Histórico”, *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 30(1):5-15, 1990.
 - 6 Ver a respeito Robert KURZ, *Der Kollaps der Modernisierung*, Frankfurt a.M., Eichhorn, 1991. O autor defende a tese de que a queda do Leste Europeu não é um sinal de supremacia e vitória final do capitalismo sobre as experiências do socialismo real. Aí estaria evidenciada a derrocada do modelo desenvolvimentista, que começa com as crises do Terceiro Mundo, na década de 80, passando pelo Leste Europeu e ingressando no Primeiro Mundo através da insustentabilidade ecológica deste modelo e do crescimento dos fenômenos sociais típicos dos países pobres nos países ricos. Cf. CNBB, *A Igreja e a Questão Ecológica*, pp. 19-24.
 - 7 CNBB, op. cit., p. 22.
 - 8 O conceito aparece claramente, em 1987, com a publicação do documento *Nosso Futuro Comum*, formulado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve à frente a primeira-ministra da Noruega, Gro H. Brundtland.
 - 9 CNBB, op. cit., p. 27.
 - 10 Ibid., p. 32.
 - 11 Ibid., p. 33.
 - 12 Lynn WHITE Jr., “The Historical Roots of Our Ecologic Crisis”, *Science*, vol. 155, 1967, pp. 1203-1207. O artigo foi publicado em português. Ver em Francis A. SCHAEFFER, *Poluição e a Morte do Homem; uma Perspectiva Cristã da Ecologia*, Rio de Janeiro, JUERP, 1986, pp. 107-128.
 - 13 Ver a respeito a reflexão de Harald MALSCHITZKY, “Reflexão Ecológica”, *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 30(1):27-32, 1990.
 - 14 Ver o comentário crítico de Arthur SOFFIATI, *Ecologia; Reflexões para Debate*, São Paulo, Paulinas, 1988, p. 127.

- 15 Ver, p. ex., Martin VOLKMANN, *Quem Sou Eu?*, São Leopoldo, s. d., p. 12.
- 16 Cf. Milton SCHWANTES, *Projetos de Esperança; Meditações sobre Gênesis 1-11*, Petrópolis, Vozes/CEDI, 1989, pp. 28-30. Ver também seu artigo “‘E no Sétimo Dia Descansou’ (Gn 2.2); Anotações sobre Dívida Externa à Luz da Bíblia”, in: Suplemento “Debate” de *Contexto Pastoral*, n° 9, jul./ago. 1992, pp. 10-17. O texto foi publicado também pelo CEBI na Série: A Palavra na Vida, vol. 31, 1990. Vale lembrar que essa perspectiva já vinha sendo defendida há bastante tempo por teólogos e pensadores de tradição judaica e oriental. Cf. para isso as anotações de Jürgen MOLTSMANN, *Gott in der Schöpfung; ökologische Schöpfungslehre*, 3. ed., München, Kaiser, 1987.
- 17 Cf. SOFFIATI, op. cit., p. 12; WESTHELLE, op. cit., p. 21.
- 18 Cf. Klaus HOMBURG, *Gênesis; Textos Seleccionados* (adaptado e traduzido por Nelson Kirst), São Leopoldo, FacTeol, 1984, p. 68s. (Série Exegese, 4/1).
- 19 Em termos de história bíblica, somente em Gn 9.3ss., nos assim chamados mandamentos noádicos, “tudo o que vive e se move” é liberado para servir de alimento para as pessoas. Somente o sangue não poderá ser comido.
- 20 Leonardo Boff no artigo de Elias FAJARDO, “Por uma Ecologia de Libertação”, *Ecologia e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1(12):61-63, 1992.
- 21 Essa idéia é amplamente defendida por Jürgen MOLTSMANN em seu livro *Gott in der Schöpfung*.
- 22 Cf. WESTHELLE, op. cit., pp. 23s.

Haroldo Reimer
Alameda Alcides, 202
Icaraí
24230-120 Niterói — RJ
Tel.: (021) 711-2504